

Palmela



**Quádrupula Aliança, devorismo,  
morte de D. Pedro e aliança entre  
chamorros e conservadores**

**1834**

*Nas câmaras não havia ainda partidos  
definidos: havia grupos que hoje se uniam, mas  
por um interesse comum de momento, ou por  
inveja e ódio contra algum ministro, e que no  
dia seguinte eram adversários irreconciliáveis;  
preferiam-se as questões políticas e pessoais às  
de ordem administrativa; reinava uma  
verdadeira anarquia parlamentar*  
(Lavradio)

*Foi o último rei que o povo amou e  
compreendeu, que saiu pobríssimo do seu país e  
pelos seus oficiais carecidos distribuiu o  
dinheiro que possuía em Évora Monte*  
(Oliveira Martins sobre D. Miguel)

● **Zollverein, Conservatismos e liberalismo católico** – No ano em que o *Zollverein* já se estende a quase toda a Alemanha e quando se constitui o *British Conservative Party*, depois da emissão do *Tamworth Manifesto* de Peel, Silvestre Pinheiro Ferreira publica em Paris o *Manual do Cidadão em um Governo Representativo* e Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850), regressado ao ensino, depois do saneamento, lança o *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal*, enquanto Manuel Ferreira Borges se destaca com *Instituições de Economia Política*. Em Paris, Miguel António Dias (1805-1878) publica a *Bibliotheca Maçonnica*, ao mesmo tempo que o médico José da Gama e Castro (1795-1873) passa para o exílio italiano, onde começa a emitir o boletim *O Precursor*, órgão do miguelismo no exílio. Cria-se a Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida e fundam-se inúmeras associações comerciais. Já em Paris se destaca Felicite Robert Lamennais (1782-1854), com *Les Paroles d'un Croquant*, obra fundamental do liberalismo católico anti-papista que tanto vai influenciar os nossos António Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano. Lamennais que, juntamente com Lacordaire e Montalembert, havia fundado em 1830 o jornal *L'Avenir*, tinha sido expressamente censurado pelo papa Gregório XVI em 1832 e passa em 1834 à rebelião expressa. Já Mazzini funda o movimento *Jovem Europa*, organização maçónica que diz querer uma Europa *livre e unida*, pela congregação dos movimentos revolucionários das várias nações, advogando uma *unidade moral da Europa, pela república democrática que deve conduzir à federação dos povos*.

● **Sucessos da guerra:** Saldanha conquista Leiria, mas depois retira-se (14 de Janeiro). Vitória dos pedristas em Pernes (30 de Janeiro) e Almoester (18 de Fevereiro). Napier desembarca em Caminha (23 de Março) e, a partir daí, conquista Viana, Ponte de Lima, Santo Tirso, Braga e Valença (em 3 de Abril). José Acúrcio das Neves é encontrado morto num palheiro (6 de Maio). Derrota miguelista na Asseiceira, na última página militar da guerra civil (17 de Maio). O exército pedrista que em Setembro enquadra cerca de 30 000 homens já tem em Dezembro de 1833 cerca de 50 000 efectivos. Virá a acabar a guerra com 60 119.

● **A balança da Europa** – Ainda antes da derradeira batalha da guerra, assina-se o Tratado da Quádrupla Aliança (22 de Abril), entre o Reino Unido, a França, a Espanha e Portugal, onde a Península Ibérica passa para a tutela franco-britânica, de acordo com o sistema de directório dominante na *balança da Europa*. A também conhecida *quadripartida* é assinada em Londres nessa data sendo publicitada em Lisboa apenas em 10 de Maio. Como António Ribeiro Saraiva vai referir em 1882, *o Liberalismo Português, dominado e inspirado pela maçonaria francesa (a inglesa é doutro lote) não tem feito mais que dar couces no poder, na importância, nos interesses de Portugal*.

● **Remodelação** – Em 23 de Abril: Joaquim António de Aguiar assume a pasta da justiça; Bento Pereira do Carmo no reino.

● **A esquerda contra o partido brasileiros** – Segundo José Liberato, em carta dirigida ao editor do *Times*, datada de 22 de Maio, *nem ele se pode considerar um ministério verdadeiramente português, porque é obra de uma facção brasileira que cerca D. Pedro; foi ela quem o escolheu e é ela que o sustenta. Certos portugueses, que em outro tempo a juraram da sua pátria para a desmembrar e se fizeram brasileiros, vendo-se agora expulsos da pátria adoptiva e que os tem repulsado, querem tornar a ganhar a que perderam e traíram; e para isso fizeram com que D. Pedro nomeasse um ministério próprio para auxiliar seus interesses; creio porém que afinal se hão-de achar enganados, porque o espírito público cada dia mais se desenvolve, não só contra o ministério, mas contra o partido brasileiro que quer dar lei aos portugueses. D. Pedro perdeu-se no Brasil por querer governar com portugueses, e é provável que também se perca em Portugal por querer governá-lo com portugueses*.

● Assinada a **Convenção de Évora Monte** (27 de Maio). D. Miguel parte de Sines para o exílio, na fragata *Stag* (30 de Maio). Em Génova emite manifesto (20 de Junho). Expulsão dos jesuítas e corte de relações com Roma (4 de Julho). Reposta em vigor a Carta

Constitucional de 1826. *A Carta fora como a estrela polar da esperança nos dias, tão longos, da fome, da nudez, das tempestades, do desalento* (Alexandre Herculano).

●**Mata-frades** – Supressão das congregações religiosas. O relatório que precede o decreto tem a data de 30 de Maio, apesar de ser apenas publicado em 31 de Maio na *Crónica Constitucional de Lisboa*, o então jornal oficial. Já o decreto tem a data de 28 de Maio. São extintas todas as casas de quaisquer ordens regulares masculinas, incluindo conventos, mosteiros, colégios e hospícios, estabelecendo-se que os bens das mesmas ficam incorporados na Fazenda Nacional.

●**Anti-congreganismo liberal** – *Têm-se urdido no Claustro insidiosas tramas contra o Trono legítimo, e contra a civilização e liberdade nacional... as casas religiosas foram convertidas em assembleias revolucionárias; os púlpitos em tribunais de calúnias facciosas e sanguinolentas; e o confessionário em oráculos de fanatismo e de traição. A Nação inteira viu uma parte do Clero Regular trocando a milícia de Deus pela milícia secular, abandonando efectivamente o Santuário cuja potência os não secundava, despojando o culto de suas opulências, para as converter em meios e estímulos de guerra, distribuindo com uma mão as relíquias dos Santos, e com a outra as armas fratricidas, alternando as verdades do Evangelho com as mentiras mais absurdas, as orações com as proclamações mais ferozes, e para cúmulo de horror perpetrando na solidão da noite desacatos inauditos para os assoalhar de dia como obra dos liberais: a Nação toda viu alistado nesses bandos de selvagens assim fanatizados, correndo as fileiras, cingindo em vez do cilício que lhe cumpria trazer, a espada que devera exterminá-lo, e disparando rios de morte com as mãos que foram sagradas para suplicar e atrair as bençãos do Céu sobre os seus semelhantes, incitando com sua palavra e com o exemplo ao roubo, ao assassínio, e ao incêndio; submetendo enfim a Religião aos caprichos de uma imaginação delirante e furiosa* (Relatório do decreto que suprime as congregações religiosas).

●**Um país de frades** – Havia então cerca de quatro centenas de conventos e de meia

centena de hospícios (448 casas religiosas, das quais 356 eram conventos de religiosos e 12 de religiosas, 28 colégios, 49 hospícios e ermidas, bem como 3 seminários). Dominam os franciscanos (44%), seguindo-se os agostinhos (9,4%), os carmelitas (7,1%) e os beneditinos (6,5%), abrangendo-se 6 289 pessoas, segundo números de A. Martins da Silva. De acordo com Vitorino Magalhães Godinho, os rendimentos das ordens religiosas em 1832 andavam pelos 1 162 contos, enquanto o Estado recolhia apenas 1 600 contos, em impostos directos.



●**Os novos miseráveis** – O diploma deixará na miséria milhares de pessoas, dado que, prevendo-se o pagamento de uma pensão para os religiosos, logo se exceptuam os que tinham colaborado com o miguelismo, talvez a maioria, e isto no dia seguinte a outro decreto de 27 de Maio que, muito hipocritamente, estabelece uma extensa amnistia. O decreto, quando foi apresentado no Conselho de Estado, teve a oposição de todos os membros deste órgão, que preferiam a reforma à extinção, mas Joaquim António de Aguiar, com o apoio do regente, levou a sua avante. Marcadas as eleições (28 de Maio). Decreto sobre os círculos eleitorais (3 de Junho).

●**Saneamentos** – Vários lentes miguelistas são afastados do ensino. É sintomático o diploma de 15 de Julho onde é afastado Cândido Figueiredo e Lima, demitido *por não convier o continuar a ser empregado no ensino público, pelos princípios políticos que professa...* Liberdade, liberdade, quem a tem chama-lhe sua...

●**As reformas de Silva Carvalho** – Todas as mercadorias, independentemente da sua origem nacional, passam a pagar 15% de direitos de importação. Imediatos protestos diplomáticos (18 de Abril). Decreto sobre o

empréstimo patriótico do Porto e a venda das capelas vagas (4 de Janeiro). Empréstimo de um milhão de libras, através de Carbonnel e Ardouin (7 de Junho).

● **Venda de bens nacionais** – Decreto sobre a venda dos bens nacionais (18 de Junho), pondo em hasta pública os bens de mão morta de conventos, capelas, comendadorias, bens da coroa, da Patriarcal, da Casa das Rainhas e do Infantado. Despacho de José da Silva Carvalho visando aplicar o produto da venda dos bens nacionais à dívida externa (27 de Junho). Abolição do papel-moeda (23 de Julho). Protesto dos comerciantes. Segundo Luís Espinha da Silveira, 510 conventos passam para 632 compradores por 5 200 contos de réis no curto espaço de dois anos. Os vinte principais compradores dos bens nacionais são: José Bento Araújo, Domingos José Almeida Lima, Manuel José Oliveira, Conde de Vila Real, Manuel Joaquim Jorge, José Ferreira Pinto Basto, Visconde de Reguengo, João Oliveira, Luís Teixeira Sampaio, Duque de Palmela, Conde de Linhares, Conde de Lumiares, Jerónimo Almeida Brandão Sousa, João Deus Cunha, António Lamas, Domingos Luís Batalha, António Cunha Pessoa, George Rose Sartorius, João António Gomes Castro, Joaquim Manuel Namorado.

● **Nacionalizações e privatizações** – Conjugando os decretos de 28 de Maio e de 18 de Junho, podemos dizer que se dá, ao mesmo tempo, uma nacionalização revolucionária, mais súbita do que a de 11 de Março de 1975, e uma operação relâmpago de privatizações, muito mais meteórica que a do cavaquismo. Surge, assim, um Portugal social e economicamente novo e o capitalismo nasce, não do mercado, mas do privilégio estadual. A confusão genesíaca do poder político e do poder económico é um vício donde nunca mais se afastará o liberalismo monárquico, até porque se comete um atentado contra um dos mais sagrados princípios liberais: o direito de propriedade. Como reconhece Alexandre Herculano, surge um *péssimo método*, porque a massa de tais bens caiu *geralmente nas mãos de homens opulentos e, em muitos casos, foi o rico proprietário que conglobou nos seus extensos prédios vastos prédios nacionais... Outra parte serviu para converter muitos capitalistas em*

*proprietários. Assim se anularam os mais importantes resultados, que se deviam ter tirado da reivindicação parcial dos bens da coroa para o património público, e da extinção das ordens religiosas.*

● **O salto em frente.** Eleições a mês e meio do fim de uma guerra civil que havia durado seis anos e em cima da aplicação de legislação ditatorial-revolucionária, como os decretos de Mouzinho, a supressão das congregações religiosas e a venda dos bens nacionais, dificilmente podem ser livres. Elas dizem respeito a uma disputa entre os vencedores da guerra, ainda quentes de vindicta, quase parecendo uma espécie de repartição de despojos. Aliás, mais de metade do país não pode participar e, entre os vencedores, os que estão com o governo ditatorial, são necessariamente favorecidos.

● **Mais reformas** – Abolição do papel-moeda (23 de Julho), dos forais (30 de Julho) e das portagens (15 de Agosto).



● **Eleição nº 4** (13 e 27 de Julho). Vitória dos apoiantes da aliança dos *chamorros* com os *palmelistas* (43 deputados). Há 32 deputados da oposição e 44 indecisos. O processo eleitoral mobiliza apenas 345 000 eleitores. Apenas são eleitos 134 candidatos, apesar de só serem ocupadas 119 cadeiras (10 deputados são eleitos por mais de uma província).

● As eleições realizam-se em regime de censura prévia e com as garantias suspensas, sob a vigilância de comissões nomeadas pelo governo para as câmaras municipais. Segundo os cálculos do professor Alves Dias, apenas vota cerca de 1,5% a 2% da população total, isto é, metade da população em condições de votar.

● A única oposição admitida, a dos vintistas, não podendo usar da imprensa, tem que recorrer à distribuição de folhetos e, em desespero de causa, acaba mesmo por pedir apoio aos miguelistas que restam.

●**Reabrem as Cortes** no convento de S. Bento da Saúde. Cerca de 71% de maçons (15 de Agosto). Frei Francisco de São Luís, repetindo 1821, assume a presidência. Começa por discutir-se a prisão do opositorista Pinto Pizarro, logo em 22 de Junho, sendo este defendido por Passos Manuel. Também o par do reino conde da Taipa está processado. Há troca de insultos entre Passos e Rodrigo da Fonseca, com as galerias a fervilharem em tumultos que se estendem à rua.



●**Não estava ali a maior parte da Nação** – Como salienta Oliveira Martins, *bem se pode dizer que não estava ali a maior parte da Nação, exterminada pela guerra ou jazendo esmagada sob o pé do vencedor... tudo era novo e cheirava ainda às tintas como o sistema improvisado... A metade vencida gemia, porém, esmagada; e a vencedora burburinhava tonta na faina de disputar o despojo da guerra.*

●**Cortes confirmam a regência** de D. Pedro (28 de Agosto), havendo cinco votos contra. Em 19 de Setembro, D. Maria II, apenas com quinze anos de idade, é considerada maior, sob proposta de Palmela, na véspera de D. Pedro abandonar a regência. Pouco depois, **morre Queluz**, no quarto onde nascera trinta e seis anos antes, na sala de D. Quixote (24 de Setembro).

●**Governo nº 6 de Palmela/Linhares** (246 dias desde 24 de Setembro, cerca de 6 meses). Gabinete dito da *coalizão* ou *ministério chamorro*, numa aliança entre os chamados conservadores, palmelistas, e o

grupo dos amigos de D. Pedro, mobilizados pelo Grande Oriente Lusitano.

●**Palmela**, dito o *berloques*, na presidência até 28 de Abril de 1835. De 4 a 7 de Maio de 1835, o 2º conde de Linhares, D. Vitorio Maria de Sousa Coutinho.

●**D. Francisco de São Luís** na pasta do reino,

a 16 de Fevereiro de 1835. António Barreto Ferraz de Vasconcelos, juiz do Supremo, na dos assuntos eclesiásticos e da justiça (até 28 de Abril de 1835). Silva Carvalho mantém-se na fazenda. Terceira na pasta da guerra (até 20 de Março de 1835). Agostinho José Freire na marinha e ultramar (até 16 de Fevereiro de 1835). Conde de Vila Real nos estrangeiros (até 16 de Fevereiro de 1835). O conde de Vila Real militava até então na oposição. Em 24 de Março, o deputado da oposição António Joaquim Barjona chega mesmo a acusar Vila Real de ter servido os Silveiras em 1823. Assume a defesa do conde o deputado Rodrigo da Fonseca.



●**Tem sucessivas recomposições**: em 16 de Fevereiro, 20 de Março, 28 de Abril e 4 de Maio de 1835. Depois de uma remodelação *com a prata da casa*, em 16 de Fevereiro de 1835, com meras mudanças de pastas, há uma renovação em 28 de Abril de 1835, com a entrada de Manuel Duarte Leitão (1787-1856) e D. Vitorio Maria de Sousa Coutinho (1787-1856), o 2º conde de Linhares.

●**Novos homens, o mesmo sistema de mandonia** – *Sucederam-se ministérios a ministérios, mas como com os homens se não mudava o sistema de administração, e como quase todos subiam ao mando com o desejo de enriquecer, os resultados foram constantemente os mesmos* (João de Lemos, em 1847).

●**Os chamorros** – Grande parte do gabinete terá sido cozinhada em casa do duque da Terceira, desempenhando papel fundamental o espanhol Mendizabal, então líder do chamado *quinteto* chamorro, com Silva Carvalho, Agostinho José Freire, Rodrigo da Fonseca, José Joaquim Gomes de Castro (1794-1878) visconde desde 1848 e 1º Conde de Castro desde 1862.

●**Opositores e divergentes** – A oposição, desde logo, contesta o gabinete, considerando que este é constituído por sete membros, contrariamente aos seis previstos na Carta. Defendem o governo, perante a Câmara dos Deputados, tanto Palmela como Agostinho José Freire. Mas notam-se tensões na equipa governamental, com Freire em dissonância com Palmela e em directo conflito com Barreto Ferraz. Palmela insurgira-se contra o modo de extinção dos dízimos e dos conventos. Freire começa a lançar calúnias sobre Palmela.

●**Maçonaria armada** – São imediatamente extintos 20 batalhões de voluntários nacionais, organizando-se uma Guarda Nacional que acaba liderada pela maçonaria da oposição, mas onde logo se terão inscrito muitos antigos miguelistas, num dos primeiros actos daquele oportuno *adesivismo* ou *vira-casaquismo*, que vai marcar quase todos os nossos regimes, com monárquicos a aderirem à *formiga branca*, republicanos à Legião Portuguesa e legionários ao PCP.

●**O nascimento dos distritos** – António Luís de Seabra apresenta proposta de lei visando terminar com a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira (8 de Outubro), lançando a ideia de institucionalização do distrito. A lei é publicada em 25 de Abril de 1835 e serve para o então ministro Rodrigo da Fonseca, com o acordo do opositorista Passos Manuel, montar um modelo administrativo que vai manter-se durante cerca de século e meio, quebrando-se com o exagero centralizante e jacobino de Mouzinho da Silveira. O hibridismo tanto permite que o governo possa fazer acordos com a oposição, como, sobretudo, permite a conciliação do intervencionismo governamental com a autonomia dos notáveis e das forças vivas locais. Isto é, transforma-se a centralização única numa pluralidade de centralizações distritais.

●Aprovado o projecto do governo sobre a **venda dos bens nacionais**, com 61 votos a favor e 37 contra, começando o debate na especialidade apenas em 7 de Fevereiro de 1835 (21 de Novembro).

●**Europeísmos** – Há profundas alterações na administração colonial: depois de extinto o Conselho Ultramarino, em 30 de Agosto de 1833, que será recriado em 23 de Setembro de 1851, segue-se a chamada reforma

administrativa de 9 de Janeiro de 1834 e tudo culmina com a extinção da Secretaria de Estado dos negócios do ultramar, em 28 de Junho, com a dispersão dos assuntos coloniais pelos vários ministérios, para cúmulo de um assimilacionismo geometrizarante que apenas conduziu ao laxismo e ao esquecimento. Dura pouco esta arquitectura abstracta, dado que em 2 de Maio de 1835 se retoma o modelo anterior, tornando os negócios do ultramar ao expediente da Secretaria de Estado da Marinha. De qualquer maneira, já se manifesta como a inexperiência dos novos regimes em Portugal comete quase sempre graves erros quanto à gestão dos espaços extra-europeus, desde a independência do Brasil à descolonização dita exemplar de 1974-1975, passando pelo próprio Acto Colonial do salazarismo. Porque nos primeiros tempos de vida de uma nova situação política dominam quase sempre os apriorismos programáticos, bebidos no livresco do oposicionismo ou na atracção estrangeirada dos exílios.



●**D. Maria II casa com D. Augusto de Leuchtenberg**<sup>2</sup>, de ascendência francesa, o irmão mais novo da viúva de D. Pedro IV, D. Amélia Augusta, ambos filhos de Eugénio de

Beauharnais e netos da primeira mulher de Napoleão Bonaparte, Josefina (1 de Dezembro). Ildefonso Bayard é enviado a Munique para tratar do casamento (o ducado de Leuchtenberg estava, então, sob a soberania da Baviera). A opção reflecte a influência francesa, enquanto o segundo casamento da rainha, sob o comando do duque de Palmela, vai ser consequência da influência britânica. A jovem rainha rainha esteve até para consorciar-se com aquele que, em França, há-de ser Napoleão III.

☞ Arriaga, José (*História da Revolução de Setembro*, I): 542, 543; Brissos, José: 214 ss.; Chagas, Manuel Pinheiro/ Colen; Barbosa: (IX): 539-545; (X): 25, 144; Dias, J. Alves: 111; Fronteira (VI): 117, 119, 128, 133, 134; Gomes, Marques (*Luctas Caseiras...*): CLVI, CLVII; Herculano, Alexandre (1873/1983, I): 39; Lavradio (II): 18; Lourenço, Joaquim Maria: 44; Marques, Oliveira (II): 44, 45, 47, 48, 51; (III): 254; Martins, J. P. Oliveira (1881, I): 203, 208, 213, 232, 242, 243, 244, 279, 323; Monteiro, Sousa: 128; Pereira, Miriam Halpern: 124, 125, 130; Pessoa, Fernando (*Da República...*): 254; Pinheiro, Magda: 39; Sá, Victor de (1969): 111 ss.; Silva, António Martins da: 22, 23, 52, 53, 154, 172, 301; Viana (*Silva Carvalho...*, II): 70, 71, 72, 73; 322, 324.

#### ☞ Da esquerda

##### Oposição

- Na oposição estão fundamentalmente dois grupos. Um, dominado pela Maçonaria do Norte, gravitando em torno de Passos Manuel, vai começar a designar-se pelo grupo dos *radicais*.
- Outro, dominado pela Maçonaria do Sul, dinamizado por Leonel Tavares Cabral (1790-1853), que vai começar a chamar-se como o grupo dos *irracionalis*, contando com a adesão de José Bernardo da Rocha Loureiro.
- As reuniões da oposição decorrem nas casas de Francisco António de Campos e de José Ferreira Pinto Basto.
- A dinâmica do processo leva a sucessivas mudanças de campo. Saldanha que é o líder da oposição passa-se para a situação e trata de liderar um governo em aliança com os chamorros e os conservadores, pelo que surgiu uma dita oposição pura, ou oposição mercantil, onde se destacou Francisco António de Campos, que sustenta o governo de José Jorge Loureiro, com Luís Mouzinho de Albuquerque, Manuel António de Carvalho, Anselmo José Braamcamp, António César Vasconcelos Correia Vasconcelos Correia, (1797-1865), 1º visconde (desde 1855) e 1º conde (desde 1862) de Torres Novas.
- Na Câmara dos Pares (restam 13 dos pares de 1826, dado que os outros haviam apoiado o miguelismo), eram da oposição os condes da Taipia e de Vila Real, Fronteira, Loulé, Lumiares e o visconde da Fonte Arcada. Trigo *estava tão longe do ministério como da oposição*. Mas *fora da Câmara, tudo se passava sob a influência maçónica*.

##### Maçonaria do Norte

- Afecta a Passos Manuel. Com Manuel António Coelho da Rocha, António Fernandes Coelho e Joaquim Pedro Celestino Soares.

##### Maçonaria do Sul

- Liderada Saldanha, antes deste se aliar a chamorros e conservadores. Constituída uma *barraca* da carbonária em Angra do Heroísmo, que dura até Julho de 1833. Dominada por saldanhistas, inclui entre os seus membros António Jervis de Atouguia e Francisco Soares Caldeira.
- Segue-se idêntica organização no Porto, com Jervis de Atouguia, António César Vasconcelos Correia, João Carlos de Saldanha, José Lúcio de Travassos Valdez e, talvez, Júlio Gomes da Silva Sanches.
- Em 19 de Junho de 1835, Maçonaria do Sul adopta uma nova constituição, elegendo como grão-mestre Saldanha, acompanhado por José Liberato Freire de Carvalho, Francisco António de Campos e pelo conde de Lumiares.
- Saldanha tinha dito em Agosto do ano anterior que se desligara de sociedades secretas, mas a relações com a maçonaria apenas seriam cortadas em 1837, depois da revolta dos marechais.

##### Carbonária

- Em Janeiro de 1834 é criada uma barraca carbonária em Lisboa com Francisco Soares Caldeira, Júlio Gomes da Silva Sanches e Ricardo José Rodrigues França

#### ☞ Para a direita ☞

##### Chamorros

- Os principais apoiantes do situacionismo são os chamados *chamorros*, ou o partido dos *amigos de D. Pedro*, a quem os adversários chamam *devoristas*, *ditadores* e até *partido dos brasileiros*, dominado pelas principais figuras do Grande Oriente Lusitano.
- As reuniões da maioria decorrem *no segundo andar da Relação Eclesiástica onde se estabeleceu uma loja maçónica* presidida por Silva Carvalho.
- Nas primeiras eleições, identificados politicamente 43 apoiantes do partido ministerial contra 32 da oposição. Por identificar, 44 deputados, o grupo central dos indecisos. Há 143 cadeiras previstas, mas apenas 119 ocupadas.

##### Conservadores palmelistas

- Vivem em aliança com o grupo dos palmelistas ou aristocratas, também dito conservadores.

##### Miguelistas

- D. Miguel no exílio emite logo em 20 de Junho, a partir de Génova, um vigoroso protesto, dando por nula a capitulação de 26 de Maio, como qualifica a convenção de Évora-Monte.
- O miguelistas do interior são pura e simplesmente objecto de caça, sendo inúmeros os assassinatos e os roubos: *o vencedor punha-lhe o joelho no ventre e o punhal sobre a garganta. Caçavam-se como se caçam lobos, e cada ofensa anterior, cada crime, era punido com uma morte sem processo, os vencedores, supondo-se árbitros de uma soberania absoluta, retribuía-m a cem por cento o que antes tinham recebido...De facto, não terminara a guerra: continuava sob a forma de caçada* (Oliveira Martins).

● **O novo status in statu** – A partir da Convenção de Évora Monte de 1834 começa verdadeiramente em Portugal a instalação do demo-liberalismo, demonstrando-se como todas as revoluções portuguesas são sempre pós-revolucionárias. O *cartismo* depois do vintismo, o *fontismo* depois da regeneração, os *bonzos* de Afonso Costa depois do 5 de Outubro de Machado Santos, o situacionismo salazarista depois do 28 de Maio de Gomes da Costa, e até o

*soarismo e o cavaquismo* depois dos cravos de Abril de Salgueiro Maia e Otelo Saraiva de Carvalho. E no *day after* do novo regime, há sempre, segundo as célebres palavras de Garrett, um *barão usurariamente revolucionário e revolucionariamente usurário*, o tal *barão que mordeu no frade, devorou- ... e escouceou-nos a nós depois*. Há sempre a criação de uma nova aristocracia pós-revolucionária, de um novo *estado dentro do Estado* que tende a assentar numa espécie de *comunismo burocrático* em aliança com uma emergente *oligarquia financeira*. Como dizia o mesmo Garrett, *por mais teorias que se façam, por mais perfeitas constituições com que se comece, o "status in statu" forma-se logo: ou com frades, ou com barões, ou com pedreiros-livres se vai pouco a pouco organizando uma influência distinta, quando não contrária, às influências manifestas e aparentes do grande corpo social*.

● **A família dos políticos** – Com efeito, todos os nossos impulsos revolucionários geram sempre uma casta *banco-burocrática* pós-revolucionária aliada a uma certa *família de políticos*, baseada numa *gregação de clientelas*. Porque, como, depois, vai reconhecer Sá da Bandeira, *nunca pode haver ministros bons; e porquê? Porque os ministros são seis e os pretendentes seis mil*. E durante mais de cem anos, os próprios partidos dependem de um *batalhão*, dado que a tropa funciona como *uma parte armada das clientelas*, quase se transformando em *bandos armados* apoiados por um *periódico*. Na verdade, tais partidos demo-liberais formam-se, sobretudo, por influência militar, mas sempre com o apoio das maçonarias, que actuam no subsolo da política aparente. Só depois da estabilidade é que vêm as influências cortesãs, parlamentares e jornalísticas, também apoiadas infra-estruturalmente pelas várias lojas maçónicas que, transformadas em meros clubes políticos, vão garantindo as fidelidades e as lideranças do *poder oculto*. Aliás, as próprias mudanças políticas passam a assentar em *pronunciamentos*, entendidos como verdadeiras *empresas militares* que transformam o exército em mero instrumento partidário.

● **A nova ciência da Administração** – *O ceptro era de ferro, os povos eram escravos, mas a tirania e a escravidão ocultavam-se aos olhos da Europa debaixo dos restos de um apregoado liberalismo...o exclusivismo dos empregos, o patronato como principal qualidade da elegibilidade, a perseguição, o suborno e a calúnia constituíram toda a ciência da Administração* (palavras do miguelista João de Lemos em 1847).

● **As novidades do devorismo** – O regime dito devorista introduz algumas das novidades dos regimes portugueses demo-liberais. Em primeiro lugar a cedência à pressão da tropa para as mudanças de governo, principalmente com os militares a serem manipulados por facções. Em segundo lugar, a política de *empregadagem* para o recrutamento de aliados, utilizando-se os fundos orçamentais para alimentação dos *jobs for the boys*, visando *obsequiar amigos e pagar serviços*, conforme as palavras de Fronteira. Em terceiro lugar, a venda ao desbarato de bens públicos, para se compensar a dívida externa. Em quarto lugar, a utilização dos lugares universitários pelo favoritismo, como acontece em 17 de Novembro de 1835, quando sai a lista dos lentes proprietários da Escola Politécnica, onde sentam alguns dos principais membros da classe política, como Jervis de Atouguia, Ferreira Pestana, João Fontes Pereira de Melo e António de Oliveira Marreca (1805-1889) e onde até um estudante da escola de Pontes e Calçadas de Paris é feito catedrático, apesar dos imediatos protestos da Universidade de Coimbra.